

A INTELIGÊNCIA COLETIVA E A DERIVA DA SAÚDE NAS REDES DIGITAIS

Rogério da Costa¹

RESUMO

Este artigo trata da flexibilização histórica do conceito de inteligência coletiva no campo da comunicação. O desenvolvimento de softwares inteligentes colabora para uma interferência crescente no modo como a comunicação é mediada. Tal cenário aponta, como consequência, para uma ação direta sobre a tese da inteligência coletiva, pois todos esses mecanismos de interferência buscam, justamente, extrair mais-valia da atividade de comunicação instalada nas redes sociais. O artigo busca discutir esse tipo de desdobramento, que leva a concluir que, atualmente, o mesmo avanço tecnológico que serve à inteligência coletiva também serve à ampliação dos mecanismos de controle dessa sinergia entre indivíduos. Na saúde, isso se verifica com informações que incitam ações e condutas chamadas de “saúdáveis”, muitas vezes questionáveis, e que, de modo geral, se apoiam na propagação de mensagens via rede de seguidores nas redes sociais.

Palavras-chave: Inteligência Coletiva. Redes Sociais. Capital Social. Mídias Sociais. Saúde.

ABSTRACT

This article deals with the historical flexibility of the concept of collective intelligence in the field of communication. The development of intelligent software contributes to a growing interference in the way communication is mediated. This scenario points, as a consequence, to a direct action on the collective intelligence thesis, since all these interference mechanisms seek, precisely, to extract more value from the communication activity installed on social networks. The article seeks to discuss this type of development, which leads to the conclusion that, currently, the same technological advance that serves collective intelligence, also serves to expand the mechanisms for controlling this synergy between individuals. In health, this occurs with information that incites actions and behaviors called “healthy,” often questionable, and that, in general, are based on the propagation of messages via the network of followers on social networks.

¹ Doutor em Filosofia pela Université Sorbonne, Paris IV; vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: rogcosta@pucsp.br.

Keywords: Collective Intelligence. Social Network. Social Capital. Social Media Health.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata dos fatores que, ligados sobretudo ao avanço do neoliberalismo nas duas últimas décadas, flexionaram o conceito de inteligência coletiva no campo da comunicação. O avanço no desenvolvimento de filtros, softwares inteligentes e, mais recentemente, a entrada em cena de algoritmos mais sofisticados de inteligência artificial acabou colaborando para uma interferência crescente no modo como a comunicação é mediada. Tal cenário aponta, como consequência, para uma ação direta sobre a tese da inteligência coletiva, pois todos esses mecanismos de interferência buscam, justamente, extrair mais-valia da atividade de comunicação instalada nas redes de interação muitos–muitos. Alguns filósofos contemporâneos, como Gilles Deleuze e Nikolas Rose, por exemplo, passaram a discutir o conceito de sociedade de controle como sendo o resultado direto de tais ações. Este artigo busca discutir esse tipo de desdobramento, que leva a concluir que, atualmente, o mesmo avanço tecnológico que serve à inteligência coletiva também serve à ampliação dos mecanismos de controle dessa sinergia entre indivíduos. Na saúde, isso se verifica com a proliferação de sites, blogs, canais no Youtube, Facebook etc. que incitam ações e condutas chamadas de “saudáveis”, muitas vezes questionáveis, e que, de modo geral, se apoiam na propagação de mensagens via rede de seguidores para monetizar suas atividades. Alguns aspectos dessas práticas são importantes e serão abordados ao final do texto.

A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE INTELIGÊNCIA COLETIVA

A noção de “inteligência coletiva” surge envolvida pela atmosfera do desenvolvimento da comunicação via computador pessoal, nos anos de 1970, que inaugurava a experiência da troca de conhecimentos e informação entre grupos de pesquisadores de forma não presencial. Foi através do pesquisador americano Murray Turoff, idealizador de um sistema de intercâmbio de informação eletrônica (EIES), que a ideia de inteligência coletiva teve sua primeira formulação já associada a um dispositivo de comunicação. Turoff afirmou, em 1976, que

a conferência por computador pode fornecer aos grupos humanos uma forma de exercitarem a capacidade de “inteligência coletiva”. O conceito de computador enquanto um instrumento potencializador da demonstração de inteligência coletiva por parte de um grupo humano é bastante inovador. Em princípio, um grupo bem-sucedido exibirá um grau

superior de inteligência em relação a qualquer um dos seus membros.
(apud RHEINGOLD, 1996, p. 145).

Tem-se aqui uma noção de inteligência coletiva que seria empregada para definir os futuros fóruns de discussão na rede: grupos conversando sobre inúmeros temas e buscando respostas para as mais variadas perguntas. Foi essa a percepção de Howard Rheingold, conhecido por seu livro *A comunidade virtual*, de 1993, onde descreve sua experiência como usuário da *The Well*, uma das primeiras comunidades virtuais nascida em 1985. Rheingold foi um grande entusiasta do conceito de inteligência coletiva, que associou diretamente às atividades de colaboração entre usuários de comunidades virtuais. Sua visão se concentrava, sobretudo, na importância da ideia do *apoio mútuo* entre usuários, o que remetia a uma atmosfera de solidariedade entre pares. As comunidades eram vistas como lugar de apoio não apenas para a troca de informações e conhecimentos, mas para alimentar todo tipo de demanda afetiva, emocional, mantendo assim relação estreita com a formação e manutenção de vínculos sociais. Numa das passagens de seu famoso livro, Rheingold (1996) afirma que

Este contrato social de caráter informal e não escrito baseia-se numa mistura de relacionamentos mais ou menos fortes estabelecidos entre pessoas com uma diversidade de motivações e associações efêmeras. É necessário dar para poder receber algo em troca. (...) Existindo um grupo de pessoas atento aos meus interesses enquanto explora setores do espaço de informação não frequentados por mim, descubro que a ajuda recebida ultrapassa em muito a energia que despendo a auxiliar o próximo: um verdadeiro casamento de altruísmo e interesse próprio. (pp. 78-9)

Passados mais de trinta anos desde o surgimento da *The Well*, é possível avaliar o percurso das comunidades virtuais de uma forma mais crítica. Seria plausível estabelecer o ponto de partida do impulso desse fenômeno na ideia de *colaboração* e, simultaneamente, na abordagem econômica da noção de *vínculo social*. Evidentemente, tais noções devem se prestar a uma análise do tipo genealógica. Ao se situar a emergência das primeiras comunidades virtuais por volta de meados da década de 1980, pode-se perceber que elas coincidem tanto com o avanço das pesquisas sociológicas sobre redes sociais quanto com os primeiros estudos empresariais sobre gestão do conhecimento. O fato de se ver nas comunidades virtuais um vetor de colaboração não destoa, portanto, daquilo que já se discutia na sociologia, na administração e na economia. A noção de capital social, por exemplo, já vinha sendo explorada por Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam nos anos de 1980. Mas é claro que um aspecto decisivo deve fazer diferença em relação ao período do surgimento da Internet: a *virtualização* dos vínculos sociais e do próprio exercício da

colaboração. A ideia da inteligência coletiva e, com ela, a ampliação de nossa percepção do trabalho cognitivo passam a ser objeto direto das análises econômicas com o advento do ciberespaço.

CAPITAL HUMANO E CAPITAL SOCIAL: OS PRIMÓRDIOS DA INTELIGÊNCIA COLETIVA

Os utilitaristas construíram uma visão atomizada dos indivíduos em relação à tomada de decisão. Seu modo de raciocínio tinha como base o princípio comparativo de custos e benefícios, que deve guiar as escolhas e ações individuais. Como lembra Granovetter (2000):

a maior parte da tradição utilitarista, incluindo a economia clássica e neoclássica, se refere a uma situação imaginária desse tipo, pois ela supõe que os indivíduos possuem um comportamento racional, guiado pelo interesse pessoal e que é, portanto, muito pouco afetado pelas relações sociais (p. 75).

Essa compreensão utilitarista do indivíduo seria prolongada pelo neoliberalismo no início do século XX. Já em seu curso intitulado “O nascimento da biopolítica”, de 1979, Foucault (2004) mostrou como o neoliberalismo inaugurava uma nova dimensão de análise da natureza do trabalho, que passou a ver o indivíduo como possuidor de *capital humano*, capital este associado aos seus conhecimentos e competências e que, ao final, passou a fazer de cada um algo como o empresário de si mesmo. Os indivíduos deveriam, a partir dessa visão, entender que seus conhecimentos e competências eram resultado de investimentos que deveriam fazer em si mesmos, administrando, portanto, seu capital humano segundo seus próprios cálculos da proporção entre custos e benefícios. Essa noção de capital humano, que se consolida a partir dos estudos de Gary Becker (1964), traduz o profundo interesse das análises econômicas que buscam compreender a maneira como os indivíduos fazem escolhas e tomam decisões, análises até então desconhecidas da economia clássica. Tais análises buscariam, de fato, não apenas compreender os modos de escolha individual, mas sobretudo como intervir nessas escolhas. Trata-se de uma antecipação dos estudos sobre gestão do conhecimento, que só emergiram no início da década de 1990 (SENGE, 1990; DRUCKER, 1993; NONAKA; TAKEUCHI, 1995).

Como apontou Granovetter, o enfoque utilitarista “é muito pouco afetado pelas relações sociais”. Ele propõe, então, e isso num período simultâneo aos estudos de Foucault, um outro ângulo de análise, partindo diretamente da ideia de redes sociais e da forma como os indivíduos se associavam tanto social quanto economicamente. Em nosso artigo “Inteligência

Coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica”, de 2008, já afirmávamos o seguinte:

Granovetter está convencido de que a riqueza são as conexões, o *networking* dos indivíduos. Ele faz um esforço enorme para mostrar que as ações econômicas estão incrustadas na dinâmica das redes sociais, o que significa afirmar que a nova economia deve levar em conta o papel do capital social. Então, desde o final da década de 1970 já é possível constatar a existência de estudos sobre a formação de redes sociais e sua relação com a produção econômica. O conceito de capital social (BOURDIEU, 1980), posterior ao de capital humano, só faz aprofundar o alcance das análises econômicas que passam a incluir as formas de interrelação dos indivíduos como fonte de valor (COSTA, 2008, p. 63).

Granovetter defende, então, um enraizamento do comportamento econômico dos indivíduos nas estruturas de relações sociais. Com isso, ele modifica a leitura sobre a tomada de decisão dos indivíduos, fazendo-a seguir através dos laços sociais, das redes pessoais (obrigações sociais, parentesco etc.). O importante, para a análise dos indivíduos e de seus processos de escolha, é que se encontram agora não apenas a posição de Gary Becker, mas também aquela de Granovetter. Entende-se que este, ao criticar exatamente a posição dos economistas neoliberais, que tinham nas escolhas e ações dos indivíduos sua base reflexiva, ao tentar incluir as relações econômicas na esfera das relações sociais, acaba por avançar elementos de análise dessas mesmas escolhas, mas agora no campo do que veio a se chamar “capital social”. Ao introduzir conceitos como laços sociais fortes e fracos, limiares de decisão, enraizamento da economia nas relações sociais, Granovetter antecipa uma preocupação dos analistas econômicos: como os indivíduos incluem em suas decisões as relações sociais que os envolvem? O que parecia, de seu ponto de vista, uma crítica à leitura dos economistas, acaba se revelando uma antecipação aos processos das redes sociais que se vive atualmente. Fazer *networking* passa a ser a palavra de ordem dentro do cenário do empreendedor de si mesmo. Ampliar seu capital social emerge como uma ação perfeitamente adequada dentro dos cálculos de custo-benefício, já que esse capital amplia o acesso a recursos disponíveis nas redes sociais. Afinal, os homens criam e inovam segundo e de acordo com suas redes de relações, com suas redes pessoais. Laços fortes e fracos definem graus e padrões na circulação da informação. Ideias são adotadas segundo limiares de adoção de inovação. Ou seja, o problema da inovação parece estar profundamente associado ao tema das redes sociais, que apontam para o fator da colaboração no mundo econômico.

Mas como agir no nível do capital social, no seu conteúdo? Como atuar no nível das relações sociais de forma a que isso possa significar um

investimento? Também é preciso mobilizar uma multiplicidade de dispositivos, solicitar, incitar, investir, provocar a “vida social”. Na verdade, é preciso favorecer a “vida social” como multiplicidade de relações, criar as condições para que ela se desenvolva, se amplie, tal como pensado para a sociedade civil e o mercado. Não se pode dirigir essa multiplicidade de relações, mas apenas favorecê-las, criar formas de regulação favoráveis. A questão sobre os modos de escolha e decisão dos indivíduos passa a ser o eixo para se refletir sobre a atual condição das redes sociais. O elemento central, a chave para a análise é sempre a pergunta: como os indivíduos decidem, como fazem suas escolhas? Como se pode regular uma conduta, agir sobre uma ação? Como se pode influir num processo de decisão? Dessa forma, as redes sociais passam a ser objeto de interesse e investimento do neoliberalismo.

A INTELIGÊNCIA COLETIVA É COLONIZADA PELA ECONOMIA

Não se deve deixar de notar o que há também de revelador na afirmação de Turoff, que é a associação da inteligência coletiva, nesse momento inaugural de sua enunciação, com a ideia de *desempenho*, já que, segundo ele, um “grupo bem-sucedido exibirá um grau superior de inteligência” em relação a indivíduos isolados. O alinhamento da noção de inteligência coletiva com as atividades econômicas pode ser constatado, por exemplo, ao longo dos trabalhos de Pierre Lévy, que se tornou conhecido, inclusive, como um dos maiores divulgadores dessa ideia. Cabe notar que, no início dos anos de 1990, Lévy estava envolvido com a divulgação de um software de sua autoria, juntamente com o sociólogo e matemático Michel Authier, que propunha a cartografia das competências de grupos e coletivos. Esse software, chamado *As árvores do conhecimento*, estava sendo apresentado comercialmente a empresas e organizações sociais. Sua arquitetura já era desenhada em rede, de tal forma que seus usuários, no interior de uma intranet, poderiam compartilhar entre si competências e conhecimentos em função de projetos e atividades específicas. Quando Lévy publica seu livro intitulado *A inteligência coletiva*, em 1994, podemos ler a pergunta e a resposta que ele próprio apresenta:

O que é a inteligência coletiva? É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. (...). O ideal da inteligência coletiva implica a valorização técnica, econômica, jurídica e humana de uma inteligência distribuída por toda parte, a fim de desencadear uma dinâmica positiva de reconhecimento e mobilização das competências. (LÉVY, 1998, pp. 28-30)

Sua ideia, portanto, é correlacionar a inteligência coletiva com a partilha e mobilização de competências, ou seja, valorar a dimensão do uso de

habilidades e conhecimentos dentro de uma percepção econômica. Apenas três anos depois, e já no momento em que a Internet progredia a passos largos, o autor volta a afirmar, em seu livro *Cibercultura*, que o que define a inteligência coletiva é

a colocação em sinergia das competências, de recursos e projetos, a constituição e a manutenção dinâmica de memórias comuns, a ativação de modos de cooperação flexíveis e transversais, a distribuição coordenada de centros de decisão (LÉVY, 1997, p. 31).

Já nos anos de 2000, a posição de Lévy torna-se totalmente partidária do livre mercado, e a associação com a inteligência coletiva lhe parece perfeitamente natural:

A inteligência coletiva emerge de processos de cooperação competitiva, a competição concentrando-se principalmente nas capacidades de cooperação dos atores em concorrência. (...) a competição cooperativa é o modo de organização privilegiado da inteligência coletiva. (...) O livre mercado é muito mais flexível, criativo e capaz de atender às necessidades de quem participa, do que as economias planejadas ou de subsistência autárquica. (...) O crescimento urbano, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, a democracia, o mercado capitalista e o desenvolvimento científico e técnico decorrem do mesmo processo de crescimento de uma inteligência coletiva que unifica o mundo da cultura num turbilhão auto-organizado (...). (idem, 2000, pp. 110-11)

Finalmente, em 2002, Lévy reafirma sua posição de defesa da globalização e do liberalismo como movimentos que confirmam a importância da inteligência coletiva num cenário em que o Estado é visto como ineficiente:

Apoio minha reflexão a respeito do futuro do Estado sobre três tendências multisseculares: a globalização, a ascensão do liberalismo e a emergência da “sociedade da informação”, que prefiro chamar de civilização da inteligência coletiva. (idem, 2002, p. 198).

Lévy entendia que o crescimento da inteligência coletiva aceleraria diversos campos criativos, impactando no desenvolvimento científico, técnico, econômico e cultural. Como resultado, afirmava, “várias funções de integração, de harmonização e de coordenação precedentemente realizadas, com grande dificuldade, pelo Estado, serão desempenhadas espontaneamente pelo processo de inteligência coletiva”. (ibidem, p. 199). Na visão do autor, uma das missões do Estado Universal transparente seria a de

fornecer à inteligência coletiva da sociedade um metanível de reflexão, de regulação e de governança, uma espécie de espelho da inteligência coletiva que lhe permita reconhecer os efeitos de seus atos, de aprender continuamente e de ver “mais amplamente” (LÉVY, 2002, p. 200).

Não há nenhuma dúvida de que o avanço da Internet promoveu uma sinergia entre os indivíduos numa escala sem precedentes e de que tal conexão colaborou com o desenvolvimento de inúmeras áreas do conhecimento e, igualmente, com um sem-número de ações vinculadas à consolidação de movimentos sociais dos mais variados gêneros. Também é certo que o mundo do trabalho se viu amplamente permeado e modificado pela mediação das redes digitais. Contudo, de forma alguma a “espontaneidade” do processo de inteligência coletiva que Lévy defendia resultou numa suposta ciberdemocracia.

As comunidades virtuais emergiram há muito tempo, e seus desdobramentos marcam uma nova relação das subjetividades em relação à colaboração e à cooperação. Isso se acorda com os novos elementos que estão sendo compartilhados, os bens imateriais, recursos que podem ser obtidos a partir da circulação de informação no ciberespaço. O papel da informação e do conhecimento dentro do jogo econômico já era discutido desde os anos de 1990. Então, de que forma esse *fazer redes de colaboração* torna-se um imperativo na cibercultura? As comunidades de prática são o melhor exemplo das várias estratégias adotadas por instituições e empresas que pretendiam capitalizar a energia de colaboração presente na *web*. A colaboração torna-se um elemento essencial dentro da nova lógica do trabalho imaterial, dado que se colabora para comunicar, informar e afetar. Assim, o foco dos estudos econômicos se volta aos processos de colaboração disparados via rede virtual, na consequente ideia de um fazer redes sociais (e não mais tão somente estudar e analisar redes sociais), e aos processos de produção imaterial que se consolidam com a *web*. A economia passa a colonizar a inteligência coletiva.

A INFILTRAÇÃO DOS ALGORITMOS INTELIGENTES

Na mesma década de 1990, com a gradual expansão dos computadores pessoais, já é possível encontrar as primeiras discussões sobre agentes inteligentes. Com a popularização do correio eletrônico, um desafio logo se colocou para os teóricos da computação: mensagens indesejadas e lixo eletrônico que chegavam às caixas de correio. Isso despertou a ideia de se desenhar algoritmos que pudessem auxiliar os usuários a filtrar o que não desejavam. Com o algoritmo instalado na máquina, o usuário poderia indicar as mensagens que deveriam seguir automaticamente para a lixeira. Com o tempo, tais algoritmos *aprenderiam* com o usuário e passariam a descartar eles próprios as mensagens similares àquelas que já eliminavam. Teria sido esse passo o que levou ao surgimento dos *knowbots*, robôs inteligentes ou agentes inteligentes. Eles também eram conhecidos como “assistentes”, para traduzir a ideia de que se tratava de um dispositivo que

prestava um auxílio ao usuário, diante da massa de lixo que se avolumava na Internet. A questão é que, com o aprimoramento desses *softwares*, passou-se rapidamente da ideia de assistência pura e simples para aquela de *antecipação* da decisão. Nesse momento, os agentes passam a decidir, literalmente, o que deve ou não ser descartado. O passo mais importante, no entanto, viria com a hipótese de que os agentes de cada usuário poderiam trocar informações entre si na rede e, com isso, aprimorarem suas funções. Estava lançada a ideia de que seria possível uma espécie de rede paralela, formada por agentes inteligentes, comunicando-se entre si, trocando informações dos usuários, com o nobre intuito de servir melhor. Esses agentes foram chamados de “filtros colaborativos”.

Um dos melhores e mais antigos exemplos de filtro colaborativo encontra-se na Amazon. Esse site de venda de livros pela Internet foi o primeiro a implantar um sistema de acompanhamento das compras de cada usuário e a trocar informações sobre suas preferências com os outros usuários, na forma de sugestões. Nesse caso, o *software* busca, com as sugestões, antecipar uma escolha do usuário, com base na preferência do coletivo. Pode-se entender com isso que já estamos diante de uma estratégia que busca extrair mais-valia da atividade de um coletivo, no caso os compradores de livros cadastrados no site. Essa percepção de sugestão ofertada individualmente com base nos movimentos do coletivo acabou sugerindo que as possibilidades eram enormes para o universo da publicidade. Outra plataforma que também adotou algoritmos de sugestão com base nas buscas dos indivíduos foi o Google, que desde seus primeiros movimentos já oferecia resultados de busca ordenados por links mais acessados. Com isso, passou a induzir os acessos dos usuários, logo adotando a venda de publicidade através da apresentação dos links patrocinados ao lado dos resultados de busca.

Quando as plataformas de mídias sociais começam a dar seus primeiros passos, muitas ferramentas para explorar e direcionar as atividades dos usuários já estavam, portanto, simplesmente prontas. Com o lançamento do Orkut e do Facebook, ambos em 2004, deu-se um impulso extraordinário no desenvolvimento de algoritmos para modular as ações dos usuários nessas redes. Atualmente, nas redes sociais como o Facebook, que conta com usuários na casa dos bilhões, o poder dos algoritmos acabou transformando os espaços virtuais num autêntico emaranhado de controle. Como observa Sergio Amadeu Silveira:

Depois da captura e armazenamento de dados para processamento e mineração, as empresas formam amostras de perfis similares que servem aos dispositivos de modulação. O que eles fazem? A partir dos gostos, do temperamento, das necessidades, das possibilidades financeiras, do nível educacional, entre outras sínteses, as empresas oferecem caminhos,

soluções, definições, produtos e serviços para suas amostras, ou seja, para um conjunto potencial de consumidores que tiveram seus dados tratados e analisados. O sucesso da modulação depende da análise precisa das pessoas que serão moduladas. (SILVEIRA, 2017 p. 84)

Quando Rheingold, em 1993, analisava o fenômeno das comunidades virtuais, já compreendia a necessidade de filtros para fazer frente ao dilúvio de informações: “o problema da era da informação (...) é haver demasiada informação disponível e poucos filtros efetivos passíveis de reterem os dados essenciais, úteis e do interesse de cada um”. (RHEINGOLD, 1996, p. 78). Mas naquele momento ele ainda entendia haver “contratos sociais entre grupos humanos – imensamente mais sofisticados, embora informais – que nos permitem agir como agentes de software uns para os outros” (ibidem). Ou seja, Rheingold não chegou a imaginar que um dia os filtros pudessem ser utilizados para mediar a própria relação entre os usuários, e não apenas ajudá-los a filtrar as informações que buscavam. De fato, quando passam a interferir no modo como os usuários podem acessar uns aos outros, na forma como cada um pode receber informações de seu grupo, a discussão deixa de ser sobre o excesso de informação e passa a ser a da liberdade no uso de uma ferramenta. Como observa Débora Machado (2018):

As dinâmicas de uso propostas pelas plataformas de mídias sociais como o Facebook parecem elevar ao extremo o paradoxo da liberdade controlada já analisado por alguns autores ao estudar a modernidade. Elas oferecem ambientes onde o usuário é incentivado ao compartilhamento, mas só recebe a informação que uma série de algoritmos decidiu ser mais relevante para ele. É incentivado a se expressar, mas seguindo regras de conduta, ou escolhendo dentre seis emoções que representem o que está sentindo (p. 47).

O que se pretende afirmar aqui é, que a despeito da visão cunhada por Rheingold sobre a inteligência coletiva em seus primeiros tempos, no exato momento em que ele defendia as comunidades como lugares em que as pessoas seriam os melhores filtros umas para as outras, as teorias de redes sociais e de capital social já estavam sendo apropriadas pelo olhar neoliberal. Os estudos de redes sociais, nos anos 1980, apontavam o esforço de compreensão de um fenômeno, de uma forma de se perceber a realidade social dentro de uma dinâmica de relações entre indivíduos e, sobretudo, do desenvolvimento de técnicas de mapeamento dessas relações, de cartografia dos laços sociais segundo parâmetros científicos, matemáticos. Desse esforço de entendimento de uma suposta realidade, deriva, a partir dos anos 2000, outra atitude, outro ângulo de visão, que é o esforço em se *produzir* redes sociais, isto é, produzir no sentido de incitar, estimular, viabilizar a expansão de um fenômeno. Isso deve resultar, em última instância,

no desenvolvimento de técnicas muito específicas de promoção de redes sociais, técnicas que estavam associadas, inicialmente, às estratégias de gestão de conhecimentos e competências muito difundidas nas empresas e organizações em geral nos anos 1990. Como dito anteriormente, adentrou-se na era da colonização econômica dos vínculos sociais. Com o advento das plataformas de mídias sociais, a inteligência coletiva passa a ser vista como recurso, e os agentes inteligentes começam a extrair valor desses recursos. A sociedade de controle, no âmbito do ciberespaço, torna-se a outra face da inteligência coletiva. Fazer *networking* passa a ser a palavra de ordem das mídias sociais.

A SAÚDE COMO OBJETO DE MAIS-VALIA

Quando Granovetter percebe a fragilidade dos argumentos utilitários, que faz recair sobre os indivíduos o poder de escolha e decisão com base em cálculos de custo e benefício, e alega que, contrariamente a essa visão, os indivíduos estão sempre enredados em redes sociais múltiplas, que constroem, provocam, incitam essas escolhas e decisões, não poderia prever que essa ideia retrataria perfeitamente o que vivemos hoje com as mídias sociais. Mas com uma diferença importante: a maneira como os indivíduos agem uns sobre os outros nas redes sociais do ciberespaço é mediada e explorada, de forma cada vez mais complexa, por softwares inteligentes.

Uma das áreas em que melhor se pode perceber tal deslocamento, da tomada de decisão individual para as induções das redes, é a área da saúde. Por um lado, como bem assinala Nikolas Rose, quando se trata da relação de cada pessoa consigo mesma, do ponto de vista das práticas de uma vida saudável, os cálculos individuais sobre condutas a seguir sempre estiveram à mercê de algum tipo de orientação ou aconselhamento com origem em narrativas sustentadas por um suposto saber. Os profissionais da medicina, evidentemente, sempre gozaram do privilégio de ocupar essa posição. Contudo, segundo Rose,

os peritos somáticos envolvidos já não são simplesmente profissionais da medicina, e o conselho e as intervenções deles na vida em si mesma estendem-se bastante largamente. Há enfermeiras, parteiras, puericultores. Há os múltiplos tipos de terapeutas, não somente terapeutas psicológicos, mas terapeutas de fala, terapeutas ocupacionais, arteterapeutas, fisioterapeutas e uma multidão de outros. Existem nutricionistas, dietetas, peritos em promoção da saúde, ginastas medicinais, peritos em exercícios e boa saúde física, e diversos instrutores em modelação de uma forma de vida em nome da saúde. E há os conselheiros – conselheiros de toxicod dependentes, conselheiros sexuais, conselheiros

de família e de relacionamentos, conselheiros de saúde mental, conselheiros educacionais e, obviamente, conselheiros genéticos, de planejamento familiar, de fertilidade e de reprodução (ROSE, 2013 p. 48).

O mundo dos especialistas agora se espalha por toda parte. Os enunciados somáticos se libertaram de seus enunciadores médicos. A melhor prova disso foi o enorme crescimento de publicações de autoajuda na década de 2000. Como afirma Paola Mazzilli (2019), “as terapias propostas pela autoajuda são bastante diversificadas. Tratam desde perdão, resolução de conflitos, coração angustiado, solidão, luto em ocasiões natalinas, depressão e prevenção de drogas até vidas passadas” (p. 87). A autora nos mostra como as propostas de cura para doenças como Alzheimer, câncer, depressão, ansiedade e estresse proliferam nessa literatura. Em comum a todas essas obras, a ideia de que a solução se encontra no próprio indivíduo: “se você é seu próprio remédio, só você é capaz de se curar (ibidem, p. 89). O pensamento da autoajuda aponta, portanto, para a responsabilidade do indivíduo e sua autonomia sobre a própria terapia. Isso refletiria a posição utilitarista, que apela ao uso da racionalidade de cada um para decidir o que é melhor para si mesmo. Ocorre que, com a adesão quase unânime dos indivíduos às redes sociais, somada às manipulações dos filtros nos mecanismos de busca, o que se vê é uma forma de tomada de decisão profundamente dependente das sugestões que cada um recebe cotidianamente através desses meios. É nessa direção que as mídias sociais acabam por se tornar uma espécie de “oráculo do bem-estar”, fazendo circular inúmeras formas de tratamento ou prevenção dos mais variados sintomas e doenças. Mazzilli aponta, com razão, a força dos influenciadores de redes como Youtube, Instagram, Snapchat, Twitter, Facebook e Tumblr, que narram suas experiências de estilo de vida e mesmo de tratamento para várias doenças, além de dietas miraculosas, e que alcançam centenas de milhares de seguidores.

Essa proliferação intensa de sugestões ligadas à saúde nas redes sociais acabou por abrir espaço para ações que avançaram sobre a fronteira entre o verdadeiro e o falso. O fenômeno das *fake news*², presenciado em todo o mundo, não se restringiu ao campo político, no qual reflete a disputa acirrada por posições de poder. Ele também se manifestou no campo

2 Quando da redação deste artigo, a covid-19 ainda era um fenômeno distante na China. Com a realidade da pandemia instalada, as *fake news* passaram a se propagar fortemente. Por um lado, buscando reduzir a gravidade do problema e, por outro, anunciando os mais diversos “remédios” para a cura. A diferença, nesse caso, é que toda a inteligência coletiva científica mundial passou a reagir intensamente contra as notícias falsas, e a crescente taxa de mortalidade se tornou, no limite, seu argumento mais poderoso. Contudo, o processo de decisão com apelo econômico tem reforçado o dilema: “é quase certo que sem trabalho vou morrer de fome; não é certo que vá pegar esse vírus, posso ter sorte”. As *fake news* têm se instalado, justamente, nesse tensionamento entre economia e saúde.

da saúde. No Brasil, o caso mais recente foi o da campanha contra a febre amarela, de 2016, que foi alvo de notícias falsas veiculadas pelas redes sociais. Como aponta Adriana Teixeira (2018):

Segundo estudo divulgado pelo Ministério da Saúde, em agosto deste ano, os efeitos colaterais das vacinas e a alimentação milagrosa contra doenças estão entre os principais temas presentes na narrativa das *fake news* que operam na comunicação na área da saúde. As vacinas são relacionadas pelas *fake news* a todo tipo de males à saúde, como o autismo em crianças e adoecimento do fígado nos adultos; e os alimentos são indicados como substitutos dos medicamentos para imunização ou cura de doenças graves, como o câncer (p. 30).

Teixeira nos mostra que, no Facebook, por exemplo, foram formadas, nos últimos quatro anos, várias comunidades antivacina, como *O Lado Obscuro das Vacinas*; *Associação e Parentes das Pessoas que Tiveram Reação Pós-Vacina da Febre Amarela*; *Antivacinação: Ciência, Evidência e Debate*; *Vacinas e Religião*, entre outros. Esses grupos afirmam que as vacinas alteram o DNA, debilitam o organismo, causam alergias, autismo e cálculo renal, entre outros males, em crianças e adultos. O poder de sugestão das redes sociais, bem como de propagação rápida de *fake news*, acaba por revelar que a confiança nos mecanismos de colaboração do ciberespaço pode, na verdade, prejudicar seus usuários, afetando, justamente, sua capacidade de escolha e decisão.

Assim, se a fronteira entre o verdadeiro e o falso foi transposta com as *fake news*, o que dizer da avalanche de sugestões e indicações empurrada por uma multidão de especialistas de última hora, que usam o espaço de comunicação virtual para monetizar sobre a confiança de seus seguidores? A saúde, ou melhor, a ideia de uma vida saudável, constitui certamente um espaço favorável para a disputa acirrada de narrativas, dado que nada se propaga de forma tão rápida através das redes sociais, pois tais narrativas estão sempre buscando mobilizar aquilo que é mais caro aos indivíduos, sua própria condição de vida.

CONCLUSÃO

O conceito de inteligência coletiva, cunhado há quase meio século, carregava muitas expectativas sobre a forma como as pessoas poderiam aprimorar suas relações, tanto do ponto de vista do conhecimento, como da dimensão afetiva e comunicacional. Mas como se tratava de um conceito que emergiu ancorado no desenvolvimento de tecnologias específicas, no caso aquelas ligadas à Internet, ele acabou passando por mudanças na exata medida em que essas próprias tecnologias também avançaram. Um

momento crucial foi o estouro da bolha da Internet em 2000, em que a pergunta sobre como monetizar através das redes, para além da simples venda de produtos *online*, acabou por estimular o desenvolvimento de tecnologias de filtragem de perfis nas comunidades virtuais e, posteriormente, nas redes sociais. Acabava-se, então, o período de expansão livre da inteligência coletiva. A partir daí, toda e qualquer atividade de comunicação na Internet seria objeto de especulação, e a inteligência coletiva passaria a alimentar os ganhos das maiores redes sociais emergentes.

Na área da saúde, toda a atividade de busca por diagnósticos e tratamentos na *web* acaba por alimentar incrivelmente as grandes bases de dados, que, por sua vez, a partir do desenho de perfis dos usuários, constrói uma multiplicidade de pacientes informatizados. Isso retroalimenta as próximas buscas e resultados, com os sites e buscadores passando a oferecer resultados cada vez mais alinhados com o perfil dos indivíduos. Dessa forma, esses perfis acabam fornecendo informações úteis às empresas ligadas ao setor da saúde, bem como a todo tipo de anunciante que deseja alcançar seu “público alvo” nessa área.

A pergunta que permanece, contudo, é se ainda é possível pensar em escolha e tomada de decisão a partir desse emaranhado de sugestões e incitações de narrativas em disputa, atravessadas por *fake news* e manipuladas por algoritmos a serviço do mercado. Além de reinventar o conceito de inteligência coletiva, seria preciso repensar as próprias formas de realização das relações humanas.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Gary S. *Investment in Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*. Nova York: National Bureau of Economic Research, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. “Le capital social: notes provisoires”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 31, pp. 2-3, jan. 1980.
- COSTA, Rogério. “Inteligência Coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica”. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 15, n. 37, pp. 61-8, dez. 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.
- GRANOVETTER, Mark. *Le marché autrement*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. São Paulo: Loyola. 1998.
- _____. *Ciberculture*. Paris: Odile Jacob. 1997.
- _____. *World Philosophie*. Paris: Odile Jacob. 2000.
- _____. *Ciberdémocratie*. Paris: Odile Jacob. 2002.

- MACHADO, Débora F. “Mediações algorítmicas: o poder de modulação dos algoritmos do Facebook”. § *Parágrafo*, São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 43-55, jan./abr. 2018.
- MAZZILLI, Paola. *Turbinando nossos selfs: um estudo exploratório sobre os aplicativos de autoajuda no cenário brasileiro*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22228>>.
- NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. *The Knowledge-Creating Company*. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- RHEINGOLD, Howard. *A comunidade virtual*. Lisboa: Gradiva. 1996.
- SENGE, Peter M. *The Fifth Discipline: The Art and Practice of the Learning Organization*. Nova York: Doubleday, 1990.
- SILVEIRA, Sergio A. *Tudo Sobre Tod@s: Redes digitais, privacidade e dados pessoais*. São Paulo: Edições Sesc, 2017. Kindle Edition.
- TEIXEIRA, Adriana. *Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21972>>.